

Gláucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre **Inclusão 2**



Glaucia Wesselovicz
Janaina Cazini
(Organizadoras)

Diálogos sobre Inclusão 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof.^a Dr.^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Dr.^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof.^a Dr.^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805 1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série. CDD 361.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6371928051	
CAPÍTULO 2	11
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
DOI 10.22533/at.ed.6371928052	
CAPÍTULO 3	23
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928053	
CAPÍTULO 4	31
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
DOI 10.22533/at.ed.6371928054	
CAPÍTULO 5	37
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6371928055	
CAPÍTULO 6	52
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6371928056	

CAPÍTULO 7	64
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6371928057	
CAPÍTULO 8	76
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.6371928058	
CAPÍTULO 9	84
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6371928059	
CAPÍTULO 10	94
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire	
Francileide Batista de Almeida Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.63719280510	
CAPÍTULO 11	105
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva,	
Fernanda Araújo Tavares Sabino	
Alice Lima da Silva	
Thayná Souto Batista	
Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.63719280511	
CAPÍTULO 12	113
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira	
Isandra de França Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.63719280512	

CAPÍTULO 13	122
EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luandson Luis Da Silva	
Samilly dos Santos Bernardo Luis	
Joel Nunes De Farias	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
Nadjeana Ramalho da Silva	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Elenith Jussier de Lima Silva	
Ivanildo Severino da Silva	
Hosana Souza de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.63719280513	
CAPÍTULO 14	134
EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA	
Priscilla Cabrera Huichalaf	
José Guillermo Reyes Rojas	
DOI 10.22533/at.ed.63719280514	
CAPÍTULO 15	142
FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS	
Polliana Barboza	
Fernando Rodrigues Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.63719280515	
CAPÍTULO 16	152
ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS	
Ana Cristina Silva Soares	
DOI 10.22533/at.ed.63719280516	
CAPÍTULO 17	163
GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
Amanda Drzewinski de Miranda	
Eliza Ribas Gracino	
Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro	
Sani de Carvalho Rutz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63719280517	
CAPÍTULO 18	178
INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES	
Walkiria de Fátima Tavares de Almeida	
Daniel González González	
DOI 10.22533/at.ed.63719280518	

CAPÍTULO 19	187
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva Allan Kardec Alves da Mota Karla Janaina Barbalho Maciel Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280519	
CAPÍTULO 20	199
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280520	
CAPÍTULO 21	210
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280521	
CAPÍTULO 22	215
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana Elidiane Lemos do Nascimento Michele Santana de Oliveira Elisnando Correia Ferreira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280522	
CAPÍTULO 23	226
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio Stenio de Brito Fernandes Geraldo Mendes Florio Magnólia Maria Oliveira Costa Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280523	
CAPÍTULO 24	236
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida Judith Perez Ferreira Pedro Humberto Faria Campos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.63719280524	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	248

DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA

Maria das Dores Trajano da Silva,

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Curso de Pedagogia, Campina Grande, PB

Fernanda Araújo Tavares Sabino

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Curso de Pedagogia, Campina Grande, PB

Alice Lima da Silva

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Curso de Pedagogia, Campina Grande, PB

Thayná Souto Batista

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Curso de Pedagogia, Campina Grande, PB

Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Departamento de Educação, Campina Grande, PB

RESUMO: O presente trabalho discute a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola e a função do cuidador educacional nesta. Considera aspectos metodológicos na perspectiva de busca de uma melhor qualidade de vida para crianças que possuem ou não necessidades educacionais especiais, ou seja, a inclusão escolar para todos. Busca relacionar a criança dos dias atuais e sua evolução isto que se faz necessário perceber o notório avanço da inclusão e a atuação de docentes buscando cada vez mais elevado da inclusão. Considera ainda a prática docente e a

importância da formação profissional. O estudo ancora-se em teóricos como Áries (1981), Hall (1997), Vigotsky (1984) e documentos oficiais do MEC.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo discute a inclusão de crianças com deficiência na escola. O texto tem origem num projeto de intervenção desenvolvido numa escola da rede pública municipal de Campina Grande, PB, durante o componente curricular Estágio Supervisionado II (Gestão Educacional).

A escola campo de estágio/estudo contava com um número considerável de crianças com deficiência, na época do estágio. Dentre estas, destacavam-se aquelas com autismo e Síndrome Down. A partir de observação e coleta de dados na escola, elegemos este tema para intervenção que se deu através da promoção de palestras para professores e funcionários técnico administrativos, equipe pedagógica e cuidadores educacionais sobre a deficiências e o estar de crianças com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou superdotação na escola, o processo ensino-aprendizagem, bem como a avaliação neste processo. O ciclo de palestras contou com palestrantes especialistas na área de educação especial.

Segundo a Inclusão: Revista da Educação Especial (BRASIL, 2008), a educação especial é compreendida como modalidade que perpassa todos os níveis e etapas de ensino, é definida ainda como uma proposta pedagógica que assegura recursos, serviços especializados e atendimento às necessidades escolares especiais dos alunos e têm provocado mudanças nos sistemas educacionais, possibilitando que cada vez mais alunos sejam incluídos no ensino regular.

Entendemos que a educação especial no Brasil encontra-se, ainda, em processo de implementação. Muitos são os empecilhos encontrados por pessoas com deficiência, seja em escola, transportes públicos, vias públicas, bancos, casas lotéricas, supermercados ou mesmo em espaços de convivência social, tais quais shoppings, praças, parques, todavia, mediante reivindicações dessa população e da legislação brasileira, as demandas estão sendo, aos poucos atendidas, principalmente no que diz respeito aos espaços escolares.

Ao longo do texto discutiremos sobre o trabalho desenvolvido na escola e sua repercussão entre os professores e os demais funcionários da escola.

2 | A FUNÇÃO DO CUIDADOR EDUCACIONAL

O cuidador educacional é o profissional que assiste crianças com transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação nas escolas, mas o mesmo, ainda não dispõe de uma legislação específica ficando esse desamparado de termos legais, sem um piso salarial, ascensão funcional e etc., o que dificulta a sua atuação e sua formação, para que o indivíduo ocupe a vaga de cuidador educacional é necessário que o mesmo seja graduado em pedagogia, mas precisa buscar por meios próprios uma formação específica na área de educação especial, muitas vezes dentro das próprias escolas o cuidador é visto com discriminação e desvalorização da sua prática, dificultando ainda a sua atuação no ambiente escolar. As instituições de ensino raramente oferecem formação para esses profissionais, visto que os mesmos não estão abrigados pela lei, nos espaços educacionais quando ocorre é mais uma troca de experiência, a instituição não busca profissionais qualificados para esse aperfeiçoamento para que os cuidadores possam ampliar sua formação e aplicar com mais eficiência no âmbito escolar.

O cuidador educacional deve ser um elo entre o professor, aluno e os pais, sendo esse de suma importância para o desenvolvimento e aprendizagem do educando com transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação, porém muitas vezes cabe ao cuidador apenas o ato de cuidar, ou seja, agir de forma “materna” cuidando da higiene e alimentação do educando, ficando esse apenas no espaço educacional, não exigindo do mesmo uma contribuição para o âmbito educacional, sem possibilitar um processo de ensino-aprendizagem significativo. O cuidador deve ser entendido como o indivíduo que é responsável pelo intermédio das ações

educativas especiais amenizando assim as dificuldades do indivíduo e possibilitando um maior aprendizado. A seguir, discutiremos um pouco sobre este profissional e suas atribuições na escola.

3 | O CUIDADOR EDUCACIONAL E SUA FUNÇÃO NA ESCOLA

Como sabemos, a educação inclusiva tem como marco a Declaração de Salamanca. Segundo esta,

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outros. Neste conceito, terão de incluir - se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção, 1994 p. 15).

No Brasil, a preocupação com a educação inclusiva surge em meados da década de 1970, porém pode-se dizer que era uma preocupação tímida, sem muita força ou representatividade social. Apenas com a Declaração de Salamanca, em 1994, a educação especial teve uma maior ênfase tanto na vivência social como no âmbito escolar. Desde a sua aprovação, à escola tem atribuído o papel de combater a segregação e incluir crianças, independentemente das características tidas como especiais, ou seja, crianças que apresentassem deficiência intelectual, deficiência física, transtornos do desenvolvimento global e altas habilidades ou superdotação.

Após mais de duas décadas desse marco, percebe-se cada vez mais a frequência de crianças com deficiência na escola regular, contudo, os sistemas educacionais não se organizaram de forma a atender a este público de forma adequada. Muitas escolas ainda apresentam obstáculos estruturais ao acesso de pessoas com mobilidade reduzida, não dispõem de piso tátil, os banheiros e os espaços de recreação não são adaptados e, há ainda, a carência de profissionais habilitados ao trabalho com surdos, cegos, dentre outros.

Compreendemos que a inclusão deve ser um processo que envolve a todos, independentemente de suas condições sociais, físicas, psicológicas ou cognitivas, respeitando ao outro e suas diferenças, possibilitando uma socialização e uma convivência com qualidade positiva na sociedade que conhecemos. Contudo, estamos iniciando esse processo de inclusão e, faz-se evidente o envidamento de esforços no sentido de quebrar o preconceito ainda existente, para que de fato possa haver a inclusão sem exclusão, fazendo com que os estudantes com deficiência sejam inclusos e não apenas integrados, pois infelizmente em muitos casos o que tem acontecido é que as crianças são aceitas nas escolas, mas não de fato incluídas na convivência da escola e no processo de ensino aprendizagem. Também grande parte das escolas ainda não dispõe de estrutura física adequada para receber estes alunos, como já

exposto anteriormente.

É no interior de um cenário de lutas e conquistas que vão surgindo leis, políticas e instituições que vão dando suporte à inclusão, podemos citar como exemplo: a Declaração de Salamanca (1994), a Constituição de (1988), a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e a Associação de Pais e Amigos Excepcionais APAE (1954), dentre outras.

Na realidade escolar o professor não tem condições de desempenhar o papel de cuidador, visto que o mesmo não pode se dedicar de forma exclusiva ao aluno especial, surge assim a necessidade da função do cuidador educacional, que tem suas atribuições previstas em projeto de lei do Senado de número 228 de 2014 . Este projeto de lei prevê alteração do art. 58 da Lei nº 9.394/1996 com a redação seguinte:

§ 4º Ao educando com deficiência será assegurada a assistência de cuidador, nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados, quando necessário para promover seu atendimento educacional na rede regular de ensino.

§ 5º A ocupação de cuidador escolar caracteriza pelo serviço de auxílio prestado, no âmbito de instituição de ensino, a educandos com deficiência, considera assim qualquer limitação, ainda que temporária, que os impeça de realizar tarefas básicas da vida diária.

Tal proposta de alteração significa a importância/necessidade do cuidador educacional na sala de ensino regular como forma de viabilizar, facilitar, intermediar ou mesmo possibilitar o processo de ensino aprendizagem, ou seja, um melhor acompanhamento e, conseqüentemente, um melhor desempenho. As dificuldades de uma criança com deficiência no ensino regular são muitas, mas não podem ser vistas como barreiras que as impeçam de se desenvolverem cognitivamente. Para tanto, o cuidador vem a auxiliar tanto o professor, a lidar com essas dificuldades no ensino de crianças com deficiência, como também ser um suporte para as mesmas e, ainda, de fazer a mediação entre a escola e os pais destes alunos.

O papel do cuidador na escola vem garantir que alunos especiais que possuem limitações de comunicação, de orientação, de compreensão, de mobilidade, de locomoção, dentre outras, possam realizar as atividades escolares do cotidiano, seja durante as aulas, seja nos períodos extraclasse, tornando o seu papel de suma importância em uma escola inclusiva.

Apesar de importante, este profissional, ou esta função, ainda carece de formação específica, neste caso, seja a formação clássica, oferecida através de pós-graduação, seja a formação continuada, oferecida pelas próprias secretarias de educação. Na escola campo de estágio, esta formação é oferecida pela secretaria de educação.

Na escola em apreço, há uma formação direcionada especificamente aos professores e é realizada pela equipe pedagógica. Consideramos que esta formação agrega bastante conhecimento pelo docente e, certamente, agregaria também pelo cuidador educacional. Entretanto, os cuidadores não participam da referida formação, visto não serem remunerados com horas de departamento, isto é, aquelas dedicadas a planejamentos, formações ou outras atividades pertinentes à docência.

Ao apresentar à escola a nossa proposta de formação, com foco nos cuidadores, sentimos resistência, que entendemos ser de cunho trabalhista e não pedagógico. Como forma de viabilizar a sua execução e a consequente participação do máximo de profissionais presentes, foi eleito o turno da noite. Os cuidadores seriam convidados a participarem, posto que tais atividades não seriam realizadas em seus turnos de trabalho na escola.

O posicionamento dos cuidadores foi contrário ao perspectivado pela gestão da escola, visto que estes demonstraram interesse no projeto e confirmaram que estariam presentes. Relataram ainda o quanto é importante para eles receberem esse tipo de formação, uma vez que estariam adquirindo conhecimentos e compartilhando as dificuldades do cotidiano já encontradas e, de repente, buscar alternativas junto a um estudioso da área de educação especial.

A gestão, por sua vez, reconheceu a necessidade dos cuidadores quanto a formação específica na área, tanto quanto os docentes, visto que nas formações corriqueiras, o que geralmente acontece são trocas de experiências e não apresentações, explanações sobre deficiências como já citado.

Mesmo com a obrigatoriedade de se ter o cuidador educacional em sala para auxiliar o aluno com necessidades educacionais especiais, visando a inclusão, faz-se necessário que as políticas públicas, tenham um olhar mais criterioso a esta função, que na realidade não possui, ainda, legalidade de fato

Defendemos que no espaço escolar o cuidador educacional seja considerado como elo entre a escola e o aluno com deficiência, e que a sua função esteja para além do simples ato de cuidar. Ele deve ser entendido como o indivíduo responsável pela mediação das ações educativas especiais, por ser um profissional que atua na área e, conseqüentemente, deve estar preparado para amenizar as dificuldades que venham a surgir no percurso escolar desse aluno, e para que, juntamente com toda a comunidade escolar esse indivíduo consiga, ou tente, possibilitar que esse aluno avance, tornando-se um ser inserido na sociedade, e no tocante ao desenvolvimento no seu processo de ensino-aprendizagem (FERREIRA 2017 p. 25).

O cuidador educacional, apesar da nomenclatura que carrega, não é visto como um sujeito ligado às ações educativas e não traz consigo a legalidade para atuar no auxílio do desenvolvimento do ensino e aprendizagem do aluno com necessidade especial, em parceria com o docente. Esta ainda é uma conquista a almejada. A perspectiva é de que o projeto de lei nº 8414/10 do Sr Educado Barbosa PSDB/MG, que ainda espera por análise, seja aprovado e, assim, esta função passa a ter obrigatoriedade de concurso e não apenas prestação de serviço a título precário. Devemos fazer uma ressalva importante aqui, visto que alguns estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte já realizaram concurso para tal função.

Sabemos que as pessoas com deficiências conseguiram bastantes conquistas ao longo dos anos, mas reforçamos a necessidade de continuar avançando, visto que vem surgindo cada vez mais casos deficiências e este profissional, bem como o

docente, precisam de formação continuada para melhor atender este público. A seguir, exporemos a experiência com as palestras realizadas na escola.

4 | AS PALESTRAS NA ESCOLA

Durante o Estágio Supervisionado I (Gestão Educacional), estágio de observação, percebemos que na escola havia um número considerável de alunos com necessidades especiais, aqueles regularmente matriculados e comprovados por laudos e outros, dos quais os professores e a equipe pedagogia suspeitavam, mas não tinham comprovação, o laudo médico. Aqueles que possuíam laudo, dispunham de um cuidador educacional e atendimento especializado e aqueles que ainda não o possuíam, a gestão buscava, juntamente com os pais, consulta médica e um possível laudo médico, para que os mesmos pudessem ter acesso ao atendimento especializado, como preconiza o artigo n. 58 da Lei n 9394/96, a escola regular deve atender as crianças com deficiência, e ter um atendimento especializado para atender as suas necessidades.

A partir da observação, discutimos a possibilidade de desenvolvermos um projeto de intervenção que tivesse como foco a formação continuada dos cuidadores educacionais da instituição campo de estágio. O projeto foi discutido com a professora supervisora do estágio e também com a gestora e a psicóloga da escola em questão. A ideia foi prontamente acatada, contudo, foi necessário adequá-la ao calendário da escola e ampliá-la de forma a atender professores e demais funcionários desta, sobretudo os cuidadores educacionais.

Apesar de o projeto de intervenção atender a todos os funcionários da escola, perspectivamos, principalmente, ampliar os conhecimentos já adquiridos pelos cuidadores educacionais, visto que os mesmos, para exercerem sua função na escola, deveriam ser graduados em pedagogia ou estarem fazendo o curso. Este critério visa garantir que as pessoas que exercerão tal função tenham conhecimentos mínimos do processo de ensino aprendizagem, bem como de psicologia e educação especial.

Focamos, assim, na oferta de palestras realizadas na própria escola, no período noturno, obedecendo ao calendário de formação já organizado por esta.

Os palestrantes convidados eram especialistas em educação especial e psicologia. As palestras previstas foram: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Dislexia Síndrome de Down, Surdez e Avaliação da aprendizagem de crianças especiais.

Planejamos um total de 4 palestras, todavia, na escola, até a conclusão deste artigo, realizamos apenas uma das palestras, visto que a escola apresenta um calendário de atividades bastante diversificado, inclusive com um projeto de atendimento aos pais de alunos com deficiência. A palestra foi ministrada por um psicólogo, de formação, e estudioso reconhecido na área de Educação Especial, o Professor Dr. Eduardo Onofre.

A palestra ocorreu no turno da noite, das 18:00 às 21:00hs com a presença extraordinária das cuidadoras educacionais, visto que o projeto de intervenção possui foco nos mesmos. Vale ressaltar que o uso do termo extraordinário se faz pertinente em virtude de as cuidadoras educacionais não participarem das reuniões de capacitação oferecidas pela escola, nem das reuniões de planejamento, uma vez que dentre as suas atribuições não se configuram atividades de ensino.

Na palestra foram abordados os temas previstos no projeto, neste caso, TDAH, Dislexia, Síndrome de Down e suas complexidades, Surdez e Avaliação do processo de ensino aprendizagem das crianças com deficiência, contudo, a especificidade foi a avaliação escolar da pessoa com deficiência.

O discurso do professor foi muito bem recebido pelos presentes na palestra, mesmo esta escola oferecendo discussões quinzenais num projeto que consideramos exitoso, especificamente, para professores, alunos e pais.

Este projeto perspectiva continuidade, visto a recepção da escola e a demanda por formação apresentada pelos cuidadores educacionais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou uma experiência de estágio supervisionado em gestão educacional. Neste estágio, intentamos discutir a inclusão de crianças com deficiência na escola e a função do cuidador educacional. Os relatos dos professores e cuidadores e a troca de experiências em uma roda de conversas, após a palestra, trouxe para todos a certeza do alcance do objetivo intentado, neste caso, crescimento de deficiências que acometem crianças e a necessidade destas serem recepcionadas e incluídas na e pela escola da melhor forma possível.

Frente as dificuldades enfrentadas e expostas por aqueles que fazem a escola foi de grande valia o palestrante trazer discussões com um grande aporte teórico e indicações práticas acerca das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, relativas ao acompanhamento de crianças que apresentam quadro de necessidades especiais.

Podemos dizer que a intervenção em curso está apresentando contribuições exitosas tanto para a escola, seus professores, sua equipe técnico-pedagógica e cuidadores educacionais, como para nós, pois agrega conhecimentos necessários à inclusão de pessoas com deficiência na escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da educação. In: _____. **Inclusão**: Revista de Educação Especial. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008. Acesso em: 16 de novembro, 2017. _____. **Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/ superdotação e talentos**. Brasília: MEC/SEE, 1995. Acesso em: 16 de novembro, 2017.

_____. Decreto Lei nº 9394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Imprensa Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 16 nov. 2017.

NOVAES, M. H. Compromisso ou alienação frente ao próximo século. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do Surgimento da Educação Especial**. Revista de Educação do IDEAU. Vol. 5 – Nº 12. Ano 2010. Disponível em: www.ideau.com.br. Acesso em: 13 de novembro de 2017.

VIEIRA, Givanilda Márcia. **Educação Inclusiva no Brasil**; Do Contexto Histórico a Contemporaneidade 2012. Disponível em: <www.arquivos5gSistemas.com.br> Acesso em: 13 de novembro de 2017.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Glaucia Wesselovicz - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

Janaina Cazini - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-363-7

